



Del Carmem Daher

Bruno Deusdará e Geraldo Pontes entrevistam
Del Carmem Daher, professora da UFF e
pesquisadora bolsista de produtividade do CNPq

No turbulento contexto atual da mudança de rumos da Educação Nacional, uma sucessão de cortes visa fragilizar a autonomia universitária, a pesquisa, assim como a Educação Básica – EB. A entrevistada do presente número da revista *Matraga* é a Professora Del Carmen Daher, cuja participação junto ao MEC foi intensa como membro de Comissões Técnicas da área Linguagens, nas Línguas Estrangeiras Modernas (2005-2018), especificamente junto ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e à elaboração das duas primeiras versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no período democrático que antecedeu o golpe de 2016. Doutora em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas (PUC-SP, 2000), é Professora Associada do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, desde 2011. Realizou estágios pós-doutorais em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ (2017-2018), Linguística Aplicada pela Université de Paris XII - Val de Marne (2007), entre outros. Atua no curso de licenciatura em Letras Português-Espanhol e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, junto à Linha de pesquisa “Teorias do texto, do discurso e da tradução”. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Práticas de linguagem, trabalho e formação de docente (UFF, CNPq, desde 2010), integrante do Ateliê - Linguagem e Trabalho (PUC-SP, CNPq, desde 1995), e membro do Grupo de trabalho Discurso, trabalho e ética (ANPOLL, 2019). Desenvolve pesquisas nas áreas da Linguística Aplicada de vertente discursiva e das políticas educacionais públicas (formação e trabalho docente). É professora aposentada da UERJ, onde foi pesquisadora do Programa Prociência (UERJ/FAPERJ, 1999-2009), atuou no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras, na área de Linguística (2000-2009), na Pós-Graduação *lato sensu* em Língua Espanhola (1993-2009), na graduação em Letras, tendo coordenado diversos projetos e programas.

MATRAGA: Prezada Del Carmen, por sua atuação no MEC, como você vê a função de uma consultoria diante das atuais diretrizes?

DEL CARMEN DAHER: A escolha de consultores não mais exige ser professor e/ou pesquisador com atuação na EB pública ou Superior, nem da escolha de profissionais que tenham o compromisso com propostas inclusivas, democráticas, junto a diversos programas e projetos no âmbito das políticas educacionais públicas. O golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016 atendeu a interesses muito caros advindos de uma determinada parcela da sociedade brasileira e afetou profundamente as conquistas nessa área. O que presenciamos hoje é um investimento governamental em uma variedade de formas de mercantilização das instituições educacionais e de pesquisa públicas, com o apoio de “especialistas”, que grande parte das vezes, sequer têm vínculos com a área educacional. Como exemplo, menciono a forma como se deu a substituição de membros da Comissão Técnica (CT) do PNLD. De acordo com o Decreto n. 7.084/2010, a escolha desses professores/pesquisadores cabia ao MEC, assim como a da instituição de educação superior federal (IES) responsável pelo processo avaliativo e pela seleção dos avaliadores, docentes de escolas e de universidades públicas, atuantes nas diversas regiões brasileiras. O governo Temer, apoiador de interesses que favorecem o mercado, por meio do Decreto nº 9.099/2017, retira as instituições públicas do processo de análise. E passa a responsabilidade da indicação dos especialistas que comporão a CT, via Portaria nº 1.321/2017, a 46 instituições e entidades da sociedade civil. Instituições estas que têm entre seus mantenedores, por exemplo, a Fundação Lemann, a Fundação Bradesco, o Itaú Social e diversas empresas. E, entre seus apoiadores, uma editora, a Moderna.

MATRAGA: Seguindo seu relato, vemos também que a crescente deslegitimação das decisões tomadas por colegiados liderados pelas Universidades públicas, desde o Conselho Nacional de Educação (CNE), abriu espaço para programas educacionais criados por grupos que dominam o ensino privado, sem respaldo das categorias docentes. Que sentido têm esses programas para a história de políticas bem-sucedidas do MEC em prol do ensino democrático?

DEL CARMEN DAHER: Os números dos recentes Censos Escolares registram que 86% das matrículas na EB (2020) estão a cargo das redes públicas, enquanto 88,4% dos estudantes universitários (2019) estudam em organizações de ensino particulares. Organizações que cada vez mais financeirizam a educação e criam oligopólios cotados em bolsa de valores. O interesse agora expande-se para a EB pública, sempre referida de forma desmerecedora, e o investimento em movimentos da sociedade civil (Todos pela Educação, Movimento pela Base), mantidos por fundações e institutos privados, seguindo orientações de gestão mercadológica. Contam com o favorecimento insidioso do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, da União dos Dirigentes Municipais de Educação - da Undime, do CNE e de outros colegiados. É desta e de outras formas, por meio de medidas aparentemente isoladas, que vêm ampliando sua ingerência e impondo políticas neoliberais à Educação brasileira, como:



a Reforma do Ensino Médio e a obrigatoriedade da adoção de bases nacionais curriculares para a EB e para a formação de professores. Políticas que para serem aprovadas exigiram mudanças de membros do CNE. Dada a importância do poder que detém, o conselho deveria ser constituído por profissionais, sobretudo com conhecimento e destacada atuação no âmbito da Educação pública brasileira, em seus diferentes níveis de ensino, e suas respectivas realidades. Entre os atuais conselheiros, vários atuam junto a grupos educacionais privados e apoiam um ensino utilitário, tecnicista, acorde à teoria do capital humano, à Pedagogia das competências, constituidor de subjetividades capitalísticas.

MATRAGA: O impulso inicial dessas políticas se dá com a criação da BNCC entre 2015 e 2018. Ela resultou no apagamento da visão de mundo das disciplinas escolares, colocando consequentemente em questão a relação entre a formação de professores, como a conhecemos até hoje, e as diretrizes de um documento que configura nova proposta do ensino. Qual é seu entendimento a respeito?

DEL CARMEN DAHER: A BNCC é um documento eixo, central, nessa pauta de mudanças educacionais impostas. De uma menção na LDB à “formação básica comum” (inciso IV, Art. 9º, LDB 9394/96), passa-se a enunciar a necessidade da adoção de uma Base Nacional Comum (Documento preliminar) e, finalmente, sem ter sido aprovada, ainda, a existir oficialmente, na controvertida Reforma do Ensino Médio. No que se refere ao apagamento do caráter de visão de mundo das disciplinas escolares, estas estão garantidas na LDB 9394/96 como uma das possibilidades de formato de organização de componentes curriculares (Parecer CNE/CEB nº 22/2008). O termo componente curricular, no entanto, vem sendo expandido e tem contemplado em um mesmo currículo disciplinar propostas pedagógicas que não constituem saberes científicos. Nos currículos do Novo Ensino Médio, as disciplinas obrigatórias foram reduzidas, desconsiderando conhecimentos disciplinares fundamentais para uma formação humana cidadã. Em contrapartida, incluíram-se “Empreendedorismo”, “Projeto de vida” e “Mundo do Trabalho”. E, valendo-se de afirmações como a de que os alunos agora têm possibilidades de escolher o que querem estudar, de estarem sendo preparados para o “mundo global”, na prática, eles se veem restritos, na maior parte das vezes, a uma única opção de itinerário formativo nas redes públicas. É também gravíssimo o fato de muitos professores virem sendo destituídos de seu conhecimento disciplinar e obrigados a submeterem-se a “formações” ministradas por instrutores do SEBRAE e do Instituto Airton Senna, entre outras organizações, no âmbito das Secretarias Estaduais de Educação. Com essas imposições ao ensino, apaga-se todo um legado de conhecimentos disciplinares, historicamente constituídos, e o papel da universidade. E, determina-se o que deve/como deve ser ensinado, o “componente” caro ao mercado: valoriza-se o capital, em detrimento de reflexões sobre as desigualdades e a construção de projetos para o bem comum.

MATRAGA: Assim como o conjunto das universidades federais, a UFF implantou a reforma curricular proposta na Resolução CNE de 2015. De maneira oportunista, cria-se em 2019 a BNC-Formação que revoga aquela. Como está sendo tratada hoje na UFF essa revogação pela consequência de forçar a anulação da recente reforma curricular?

DEL CARMEN DAHER: Cabe ressaltar que se trata de uma reforma elaborada sem o diálogo com as IES. Na UFF, após discussões e manifestações, foi redigido para ser entregue ao CNE o “Manifesto sobre a BNC-Formação na UFF”, encabeçado pela Faculdade de Educação e assinado por quatorze cursos de licenciatura. O documento se refere a ataques às universidades públicas e seus profissionais, cortes orçamentários, projetos de precarização e privatização das instituições de educação pública federais. Menciona-se a BNCC, homologada apesar da discordância de profissionais e entidades representativas da área da Educação, e a imposição de princípios reformadores de base empresarial desrespeitando Projetos Políticos Pedagógicos institucionais. Relembre-se que a reforma em curso, iniciada em 2018, contou com ampla discussão nos colegiados e tem como base a “multidimensionalidade da docência”, o ensino, a pesquisa e a extensão. O texto manifesta-se contundentemente contra a Resolução CNE/CP n. 2/2019, destoante da organização curricular universitária pública e seus Projetos Pedagógicos. Indica de forma detalhada razões dessa impossibilidade de implementação: “desrespeito à autonomia universitária e a liberdade de cátedra”; “desconsideração dos saberes e das pesquisas brasileiras sobre formação docente”; “questões administrativas causadas pela vigência de três matrizes curriculares diferentes”; “fragilização da formação dos licenciandos nas áreas de conhecimento específicas”; “quantitativo insuficiente de docentes para as novas imposições e inexistência de códigos de vagas para contratações”; e “dificuldades de organizar mudança curricular em meio a uma pandemia”.

MATRAGA: Qual é a situação do ensino na área de Letras na proposta de reforma curricular da Resolução de 2019?

DEL CARMEN DAHER: A formação de professores, não só da área de Letras, exige conhecimento de correntes teóricas, de saberes/poderes nelas implicados e suas vinculações a diferentes possibilidades de viver. A Resolução impõe um ensino controlador de conteúdos, licenciandos e professores das licenciaturas, para garantir que a BNCC-EB seja viabilizada em sala de aula. É um documento de natureza instrucional, aligeirado, equivocado sobre a complexidade do trabalho docente. Na nossa área, a compreensão que se depreende da BNC-Formação é de uma visão de língua e de ensino como instrumentos, a-históricos, que apaga /naturaliza concepções de “realidade”. Língua e a Educação constituem-se/são constituidoras no/do social. A formação de professores que se depreende no documento apequena as licenciaturas e implica para as universidades públicas a desvalorização não só de seus conhecimentos e pesquisas, mas sua total perda de autonomia. É bom lembrar que quem responde pela maior parte da formação de docentes no país são organizações privadas e não as públicas. Não podemos ser reféns de políticas autoritárias, muito menos estar a serviço de mercado. Sempre há possibilidades de subversão.



MATRAGA: Na condição de profissional de Letras, que remonta a sua atuação como alfabetizadora, professora do ensino de português e espanhol nas escolas, você vê a necessidade de conciliação dos interesses da área com a defesa do ensino na proposta do CNE em 2015?

DEL CARMEN DAHER: Pelo menos, a Resolução de 2015 não se sobrepõe à autonomia universitária. Nenhuma proposta pré-determinada para as licenciaturas dará conta da dinâmica vida ao longo da etapa universitária e posterior a ela. O trabalho do professor é sempre singular. Como professores servidores públicos é nossa função problematizar constantemente questões ético-políticas instauradas no âmbito da Educação pública brasileira e exercer nosso papel de resistência sempre que necessário. Há sempre uma linha de fuga desterritorializante...